

Resenha bibliográfica 2

Keynes's third alternative? The Neo-Ricardians and the Post-Keynesians

DUTT, A. K., AMADEO, E. J. *Keynes's third alternative? The Neo-Ricardians and the Post-Keynesians*. Aldershot: Edward Elgar, 1990. 204 p.

FERNANDO J. CARDIM DE CARVALHO*

O livro é uma versão ampliada e aprofundada de trabalho apresentado pelos autores em sessão especial comemorativa do cinquentenário da *Teoria Geral* de Keynes no Encontro Nacional da Anpec, em Brasília, em dezembro de 1986, publicado posteriormente nesta revista.¹ Seu objetivo central é introduzir o leitor a duas escolas de pensamento econômico recentes — os keynesianos neo-ricardianos e os pós-keynesianos — que se propõem como alternativa à macroeconomia ortodoxa, representada seja pela síntese neoclássica, seja pelos neoquantitativistas ou pelos novos clássicos. Estas correntes alternativas têm em comum a proposição de que Keynes, ao desenvolver o princípio da demanda efetiva, visava empreender mais do que uma mera extensão da abordagem convencional. Embora neo-ricardianos e pós-keynesianos avaliem diferentemente o grau de sucesso de Keynes em sua empreitada, ambos os grupos vêem na *Teoria Geral* a intenção de construir uma crítica radical à macroeconomia (neo) clássica.

Dutt e Amadeo se propõem a introduzir, criticamente, as duas escolas que, segundo os autores, apesar de “abr[ir] áreas importantes em teoria macroeconômica... têm sido excluídas dos livros-texto de macroeconomia e são raramente mencionadas pela macroeconomia acadêmica dominante” (p. 2).

A contribuição de cada uma à teoria do desemprego será utilizada como idéia central em torno da qual os autores organizarão sua exposição das duas escolas.

* Da Universidade Federal Fluminense.

1 Ver Amadeo, Edward J., e Dutt, Amitava Krishna. Os keynesianos neo-ricardianos e os pós-keynesianos. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 561-604, dez. 1987.

Segundo Dutt e Amadeo, neo-ricardianos e pós-keynesianos caracterizam-se pelo argumento de que a flexibilidade dos salários monetários pode não ser — e provavelmente não será — suficiente para conduzir a economia ao pleno emprego, diferenciando-se assim das teorias convencionais de desemprego.

A utilização de um tema comum para a apresentação de escolas de pensamentos diversas é naturalmente um recurso válido, ainda que algo perigoso. Se por um lado permite-se comparação mais rigorosa de proposições alternativas, por outro expõem-se teorias segundo ordens de prioridades que nem sempre correspondem às intenções de seus praticantes. O célebre artigo de Hicks comparando as idéias de Keynes às dos “clássicos”, em 1937, é um exemplo de como a ordenação de idéias para fins comparativos pode ter implicações mais profundas para o desenvolvimento posterior de um dado pensamento.

O trabalho de Dutt e Amadeo não escapa a este risco, especialmente no que se refere aos neo-ricardianos. Os pós-keynesianos se dizem herdeiros diretos da tradição intelectual de Keynes e, por esta razão, o desemprego involuntário não poderia deixar de ser o tema central do seu programa de pesquisa.

Os neo-ricardianos, porém, mantêm relações mais distantes de Keynes encontrando-se sua fonte mais importante em Sraffa. A determinação do nível de produto (e de emprego) não faz parte de seu “núcleo”. Mesmo a denominação oferecida por Dutt e Amadeo, “keynesianos neo-ricardianos” seria recebida com desconforto por vários membros da escola. Apresentar suas idéias e partir de sua noção de desemprego pode acabar por ocultar a extensão da originalidade e do vigor teórico desta corrente, voltada prioritariamente para outros assuntos.

O *trade-off* entre rigor comparativo e fidelidade expositiva é, no entanto, inevitável e os autores têm a seu favor a clareza de exposição possibilitada pela escolha de uma idéia organizadora comum. Aliás, deve-se destacar tanto a clareza de linguagem, como o rigor analítico de todo o livro, que se vale da formalização estritamente necessária à apresentação adequada dos argumentos. O estilo didático e desengajado, que tenta apresentar cada corrente em seus méritos e limitações, torna a obra uma referência obrigatória para aqueles que desejam conhecer os fundamentos de cada escola. As 17 páginas de referências bibliográficas por si só já valeriam a consulta daqueles interessados no desenvolvimento de uma macroeconomia “heterodoxa”.

O livro tem sete capítulos. Após uma breve introdução justificando a discussão das duas escolas, segue-se, no Capítulo 2, uma apresentação extremamente límpida e eficaz do chamado *mainstream* macroeconômico no que se refere à teoria do emprego. Segue-se, no Capítulo 3, uma discussão do método de Keynes, na *Teoria Geral*, que prepara o leitor para a tese dos autores de que várias leituras daquela obra são possíveis, particularmente as feitas por pós-keynesianos e por neo-ricardianos. Os Capítulos 4 e 5 apresentam os neo-ricardianos e os pós-keynesianos, respectivamente. Os dois últimos capítulos são dedicados a comparações entre as duas escolas e a apresentação da tese dos autores de que uma síntese entre elas é possível.

Keynes, pós-keynesianos e neo-ricardianos

A tese central dos autores é a de que se pode, *grosso modo*, classificar as teorias de desemprego em dois grupos: aquelas para as quais a rigidez dos salários nominais é um obstáculo ao pleno emprego e as que propõem que a flexibilidade do salário monetário seria insuficiente para restabelecer o pleno emprego. No primeiro caso estaria a síntese neoclássica, de Samuelson e Modigliani (p. 17), além, naturalmente, do pensamento clássico anterior e posterior a Keynes. No segundo grupo teríamos, entre outros, os neo-ricardianos e os pós-keynesianos.

Segundo Dutt e Amadeo,

"Os pós-keynesianos enfatizam as contribuições de Keynes sobre incerteza, as propriedades da moeda e o papel do tempo histórico. ... Quando a incerteza aumenta, os agentes preferem reter ativos líquidos (sendo a moeda um ativo líquido por excelência). Se os agentes podem reter dinheiro ao invés de usar sua renda para comprar bens, há uma ameaça permanente de que o circuito renda-gasto seja interrompido, causando, assim, desemprego" (p. 21-22).

Os neo-ricardianos explicam o desemprego por ótica diversa:

"Os keynesianos neo-ricardianos argumentam que em um modelo com muitas mercadorias a taxa de juros pode não exercer o papel de variável equilibradora entre poupança e investimento.... O nível de emprego determinado pelo equilíbrio entre poupança e investimento corresponderá ao pleno emprego apenas por coincidência" (p. 22).

Apesar de estas definições configurarem abordagens diversas à questão do emprego, os autores as julgam, senão compatíveis, pelo menos não-contraditórias. Particularmente, Dutt e Amadeo afirmam que ambas seriam heranças legítimas de Keynes. Isto porque, segundo os autores,

"... Keynes usou três modelos [na *Teoria Geral*]. O primeiro modelo refere-se à determinação do produto e emprego, dadas as expectativas dos produtores, e, uma vez que elas estejam dadas, a determinação do nível de preços no período de mercado (marshalliano). O segundo modelo é essencialmente um modelo formal, que provê uma exposição clara das idéias centrais de Keynes e serve como referência (*benchmark*) para discussões posteriores. O terceiro modelo é baseado na estrutura do segundo mas é menos formal no sentido de que discute problemas que seriam muito difíceis de serem postos em linguagem matemática" (p. 30).

Dutt e Amadeo sugerem que os neo-ricardianos estariam preocupados com o segundo tipo de modelos, enquanto os pós-keynesianos se ocupariam dos outros dois (p. 31).

Esta preocupação com a "reconciliação" das duas correntes é tema recorrente no livro. Ela está implícita nas apresentações individualizadas de cada escola e é explicitada não apenas no trecho acima, mas se constitui mesmo no tema dos dois capítulos finais. Voltaremos a ela mais adiante.

Os neo-ricardianos

A escola neo-ricardiana apóia-se na obra de Sraffa, em particular na sua *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*. Em uma de suas polémicas mais vivas, que acabou conhecida como a controvérsia de Cambridge, seus praticantes — dentre os quais Pierangelo Garegnani é o mais importante e influente — defendiam a idéia de que não há relação necessária entre a taxa de juros e a quantidade (na verdade, a “intensidade”) de capital empregada na produção. Por isso, relações entre investimento e taxa de juros, como a presente nas apresentações usuais da função investimento não teriam validade geral. Funções investimento de inclinação diversa, até mesmo positiva, poderiam levar a situações onde o equilíbrio entre poupança e investimento pudesse não existir ou, existindo, ser instável. No Capítulo 4 do livro de Dutt e Amadeo, este tema é explorado com simplicidade e clareza, ainda que de forma introdutória. Os autores oferecem, além disso, em sua bibliografia, ampla orientação a quem desejar se aprofundar no problema.

O desemprego, na versão neo-ricardiana, pode assim resultar do desajuste entre poupança e investimento que, não sendo corrigido por movimentos da taxa de juros refletindo preferências intertemporais que mantenham o nível de produto total e o pleno emprego, faz-se através de movimentos do próprio produto e do emprego. Neste caso, salários flexíveis, que afetam o nível de preços e, assim, a disponibilidade real de moeda e a taxa de juros, não garantem que a economia seja conduzida ao pleno emprego.

Dutt e Amadeo observam que uma fraqueza do modelo neo-ricardiano reside em não explorar a inserção deste resultado em sistemas mais amplos de dinâmica econômica. Voltados para o estudo de estados de equilíbrio de longo período, os neo-ricardianos têm tido pouco a dizer sobre os processos de ajustamento que caracterizariam estas economias (p. 83). Expectativas, por exemplo, são elementos acidentais neste modelo (p. 60).

Poder-se-ia esperar que o estudo das condições de estabilidade do equilíbrio se constituísse numa preocupação central de um programa de pesquisa direcionado à identificação de centros de gravidade em torno dos quais a economia oscilaria ou aos quais tenderia (p. 49). No entanto, porque “incorpora poucos supostos comportamentais da parte dos agentes” (p. 86) é impossível não apontar “a falta de discussão de processos de ajustamento em que os papéis da competição, das expectativas e das condições de estabilidade sejam seriamente discutidas” (p. 85).

Os autores lamentam que pensadores neo-ricardianos dediquem surpreendentemente pouca atenção a “fechamentos” (*closures*) alternativos de seu modelo. Teorias as mais diversas do produto ou da distribuição podem ser usados. Garegnani sugere que um ponto forte da contribuição de Sraffa foi a separação entre a teoria do produto e a dos preços relativos, ao resolver estes últimos para um dado nível arbitrário de renda. Isto permitiria aos neo-ricardianos substituir a lei de Say usada por Ricardo por alguma versão do princípio da demanda efetiva, ou, na verdade, por qualquer outra. A dificuldade parece estar na estreiteza do núcleo, para usar o termo de Garegnani, do programa neo-ricardiano. Construído a partir de uma solução para um problema bastante específico, o dos preços de produção, o modelo

de Sraffa, ponto de partida dos neo-ricardianos, admite virtualmente qualquer solução seja do problema do produto, seja da distribuição, não fornecendo aos seus praticantes indicações por onde deveriam procurar estender suas hipóteses para poder construir uma ampla e efetiva alternativa ao pensamento econômico tradicional. Como destacou recentemente um conhecido simpatizante brasileiro desta linha de pensamento, o papel de Sraffa é mais poderoso no sentido negativo, crítico do discurso econômico convencional, do que no positivo, de oferecimento de alternativas.²

Os pós-keynesianos

Os pós-keynesianos, em certo sentido, se ressentiriam do problema oposto ao dos neo-ricardianos. Inspirados por Keynes (e, ainda que em menor medida, por outros autores como Kalecki, Robinson, Kaldor, etc.), têm um programa de pesquisas amplo demais para permitir uma resenha eficaz. Por esta razão, Dutt e Amadeo propõem uma simplificação drástica: abordar apenas aqueles trabalhos que se colocam não apenas na tradição de Keynes, mais do que de Kalecki ou Kaldor, por exemplo, como também nos limites da *Teoria Geral*, ou seja, a de economias fechadas, competitivas, sem governo, etc. (p. 98).

Talvez por causa da diversidade apontada acima, a apresentação de Dutt e Amadeo das contribuições pós-keynesianas, no Capítulo 5, tem um caráter mais catalográfico que o dado aos neo-ricardianos, cujas características são descritas de modo a permitir ao leitor identificar a coerência global da escola com mais facilidade. Os pós-keynesianos são apresentados de modo mais tópico, explorando temas como o tratamento do tempo (p. 100-102), a questão da incerteza (p. 102-111), o papel da moeda (p. 111-119) e a noção de equilíbrio (p. 119-122). Apenas nas páginas finais do capítulo, através da apresentação de um modelo de oferta e demanda agregadas e da exploração das implicações da flexibilidade de salários, uma visão mais global é oferecida.

A diversidade de temas tratados neste capítulo, como indicado, torna difícil uma discussão mais detalhada das visões dos autores nos limites de uma resenha. Vale a pena, no entanto, citar alguns pontos onde a interpretação oferecida pelos autores é útil para dissipar algumas dúvidas ou incompreensões relativamente comuns. O mais importante deles refere-se, talvez, à questão da racionalidade sob incerteza. Dutt e Amadeo percebem corretamente que a hipótese de incerteza não implica comportamentos irracionais por parte dos agentes econômicos (p. 106) ao mesmo tempo que, bastante adequadamente, enfatizam a importância para Keynes e pós-keynesianos do reconhecimento da existência de processos onde o aprendizado pela experiência é possível (onde as expectativas podem ser tratadas como

² Tolipan, Ricardo. *A ironia na história do pensamento*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990 (Série PNPE, 23).

endógenas à operação da economia) daqueles em que a natureza não repetitiva das decisões impossibilita o aprendizado (forçando a exogeneidade das expectativas relevantes). Esta distinção, oferecida por Keynes no Cap. 5 de sua *Teoria Geral*, é essencial para a construção de modelos dinâmicos pós-keynesianos. Os autores discutem ainda alguns temas fundamentais, como a questão da instabilidade (p. 109), a das propriedades da moeda (p. 113), e a da criação de moeda (p. 117), sendo especialmente esta última tratada de forma sucinta mas bastante satisfatória. Já a discussão da relação entre as propriedades essenciais da moeda e seu atributo de liquidez (p. 118) mereceria maior reflexão, mas infelizmente o ponto é complexo demais para ser tratado em uma resenha.

Reconciliações

O Capítulo 6 é, talvez, o mais polêmico do livro, que, nos seus capítulos anteriores se mostra, conforme sugerido, como uma introdução bastante eficaz às correntes de pensamento mencionadas. Nos capítulos finais os autores sugerem a possibilidade de uma síntese entre pós-keynesianos e neo-ricardianos, talvez apoiada na pressuposição dos autores, já apontada, de que ambas as escolas exploram aspectos diferentes da *Teoria Geral*.

Os próprios autores não parecem muito seguros da viabilidade da proposta. Após sugerirem uma possível complementaridade entre as escolas, a partir da idéia de que pós-keynesianos focalizam o curto prazo enquanto neo-ricardianos focalizam o longo (p. 159, nº 11), na linha de tantas outras propostas do mesmo teor já feitas, os autores concedem que ênfases diferentes não são, *ipso facto*, complementares, pois:

"Isto ignora o fato de que a análise pós-keynesiana do longo período pode mostrar-se muito diferente do tipo de análise de longo período conduzida pelos neo-ricardianos" (p. 157).

No que talvez seja a argumentação mais frágil do livro, os autores defendem a possibilidade de síntese entre as duas escolas de modo curioso, pois parecem sugerir uma forma de compatibilidade por ausência. Como os neo-ricardianos admitem, por exemplo, um nível de produto dado nada impede que em sua determinação tenham operado fatores expectacionais como os identificados por pós-keynesianos (p. 149). Ou, como os neo-ricardianos não analisaram as implicações da moeda em seus modelos, não são incompatíveis com a análise monetária pós-keynesiana (p. 150). Infelizmente, é exatamente a possibilidade identificada por neo-ricardianos de resolver os problemas de preços e distribuição, sem referência às questões da incerteza, da moeda, etc., que os torna incompatíveis com o pensamento pós-keynesiano.

Esta crítica, no entanto, não deve obscurecer a importância e a utilidade da obra de Dutt e Amadeo. É, na verdade, um depoimento a respeito da lamentável timidez comercial de nossas editoras o fato de que obra tão significativa, até mesmo para uso didático, de co-autoria de conhecido autor brasileiro só chegue até nós através de uma edição inglesa.